

Avaliação dos banqueiros para títulos da dívida é "idiotice", diz Dauster

por Claudia Safatle
de Brasília

"Isso é uma mera idiotice." Foi o que disse o embaixador extraordinário para a renegociação da dívida externa, Jório Dauster, a propósito de uma avaliação feita por banqueiros credores do País, a respeito de um dos títulos ofertados como instrumento de conversão de dívida velha em dívida nova. Segundo esses banqueiros, tomando como base o "zero coupon bond", papel com prazo de resgate máximo de 45 anos e 9% de juros ao ano, capitalizados, o deságio resultante da proposta feita pelo governo brasileiro aos bancos seria de algo entre 96 e 97%, o que representaria uma piora nos ativos desses credores, dado que hoje o deságio praticado no mercado secundário é da ordem de 76%.

"Esse banqueiro deve ter calculado em cima de outro papel que não foi o ofertado pelo País", argumentou o embaixador. Como ele explicou, "não se pode, ao mesmo tempo, defender duas pontas de um argumento lógico", ou seja, se o título (o chamado "zero coupon bond") tem perfil de pagamento baixo, não poderia ser descontado a um risco alto, fruto de negociações "irrealistas" feitas no passado. Segundo ponto: "Não se trata de um bullet de 45 anos. No 'zero coupon bond' os juros já estão embutidos, capitalizados, e o papel tem resgates pré determinados todos os anos, resgates que são crescentes", insistiu, referindo-se aos leilões trimestrais, que serão realizados conforme a capacidade de pagamento do País nesses períodos.

Quanto maior a adesão aos leilões, menor será a vida útil do título e, para os que porventura desejarem esperar os 45 anos, receberão o valor integral do título. Além do que, o detentor do "zero coupon bond" poderá, como salientou, participar dos programas de privatização de empresas públicas brasileiras.

SEGUNDA REUNIÃO

Dauster disse ainda que o senador Roberto Campos também deve estar "comentando uma outra proposta", quando diz que a capacidade de pagamento do País é um fato aleatório. Se aceita a proposta de reestruturação da dívida, feita pelo governo brasileiro, os valores da capacidade de pagamento anuais re-



Jório Dauster

presentarão "um compromisso" contratural do governo. "É um insulto à inteligência das pessoas que elaboraram a proposta imaginar que um bônus representaria uma intenção do governo de 'talvez pagar'", reagiu o embaixador.

Até ontem os bancos privados do comitê assessor não haviam dado um "feed-back" ao governo brasileiro, mas o embaixador Dauster garantiu que haverá uma segunda reunião. "Isso é uma corrida de 3 mil metros com obstáculos e não uma corrida de 100 metros", assinalou, lembrando que não há pressa para essa negociação.

Enquanto a negociação da dívida com os bancos comerciais não toma um rumo mais seguro, o diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, mantém a carta de intenções do governo brasileiro em sua gaveta.

Como ficou acertado com a missão técnica do FMI, haveria uma revisão dos dados do memorando técnico de entendimentos, principalmente no tocante ao déficit nominal previsto, em razão da taxa de inflação efetivamente ocorrida até agora. Os cálculos oficiais embutiram uma taxa média de inflação de 7% ao mês até o final deste ano, com o compromisso de os técnicos do FMI retornarem neste mês de novembro para, junto com a equipe econômica brasileira, rever as contas.

Isso significa que haverá uma reavaliação estatística do desempenho macro econômico mesmo antes de a carta de intenções ser levada ao "board" do FMI.

Para Dauster, isso, contudo, não tem grande importância, já que a essência do programa de estabilização, que é a base da carta, não mudou.